

Alvíssaras à Academia
José Seráfico

O discurso oficial, seja de autoridades públicas, seja de lideranças empresariais, seja ainda de políticos no exercício de mandato parlamentar, recorre a temas e afirmativas que já se constituem lugares-comuns. A impressão que se tem é a de que os oradores buscam legitimar suas manifestações orais, aproximando o discurso daquilo que julgam impactar favoravelmente o espírito das platéias a que se dirigem.

Listemos alguns desses lugares-comuns, cada dia mais, tornados vazios de conteúdo. São falácias proclamadas em todo lugar, na tentativa de mostrar convicções que estão longe da verdade. Ei-las, a título de exemplo tão-somente.

1. Vivemos na sociedade do conhecimento;
2. Esforços adicionais na educação, na pesquisa científica e tecnológica tenderão a aumentar nossa produção científica;
3. O Brasil é, hoje, o 12º país que mais produz trabalhos científicos no Mundo;
4. O atraso em que a Amazônia se encontra, relativamente a outras regiões do País, torna urgente a formação de doutores que se fixem na região;
5. É preciso combater a biopirataria, que compromete o desenvolvimento da região e, em conseqüência, o País;
6. Outros países investem maciçamente em ciência e tecnologia, sendo expressiva a contribuição das empresas.

Outros lugares-comuns poderiam ser alinhados, mas os que acima se indicam bastam para revelar o descompasso entre o discurso e a ação dos mais diversos agentes, estejam vinculados ao poder público, sejam influentes no empresariado.

Analisemo-los, um a um, confrontando-os com as decisões e as práticas públicas e particulares vigentes no País.

Talvez o discurso do conhecimento seja o mais hipócrita que se pode constatar. No setor público, é regra desconsiderar os acadêmicos, estejam eles nas salas de aula ou nos laboratórios. O tratamento que sucessivos governos têm dispensado ao conjunto desses abnegados desmente qualquer cenho cerrado ou proclamação espetaculosa. Até mesmo de vagabundos um de seus mais ilustres e festejados colegas já os chamou.

Não é muito diferente, quando se trata do mundo empresarial. Nele, a verificação de que maior qualificação há-de levar a melhor remuneração produz a troca do doutor pelo recém-formado, quando não pelo estagiário. Neste caso, é comum a legislação correspondente servir apenas para mascarar a relação de emprego que deveria estabelecer-se.

Os investimentos em educação, geralmente utilizados para proclamar virtudes governamentais, quase nunca não avaliados pelos resultados. Contentam-se as autoridades em divulgar números (escolas construídas ou reformadas, cursos criados ou implantados, livros e carteiras adquiridos, bolsas concedidas, etc.), sem qualquer preocupação com as variáveis de ordem qualitativa (percentual de redução do analfabetismo, da oferta de vagas, de empregos gerados para absorver os novos profissionais etc.), as que fazem realmente a diferença.

Desconhecem-se, no setor privado, facilidades institucionalizadas e sistematizadas de estímulo à freqüência em cursos de especialização, mestrado e doutorado. Muitas vezes, a existência de tais mecanismos destina-se a aproveitar liberalidades fiscais que acabam por beneficiar exclusivamente as empresas, não a ciência e a tecnologia. Isso apenas reforça a conduta apontada anteriormente.

Mesmo diante de toda essa deliberada intenção de dificultar a pesquisa científica e tecnológica, o Brasil avançou significativamente na produção de trabalhos acadêmicos. Por isso, chegou à posição que hoje ocupa no cenário internacional. Se os cientistas brasileiros só esporádica e assistematicamente encontram no Estado e nas empresas o apoio necessário aos seus trabalhos, mas ainda assim conseguem levar o País ao nada desprezível 12º lugar, deve-se muito mais ao seu esforço individual e a insuspeitada dedicação à obra que se propuseram construir. Eis mais uma das muitas razões que justificam tratamento absolutamente diferente do que lhes vem sendo dado.

Particularmente em relação à Amazônia, encontram-se condições agravantes. Além de sujeita às difíceis condições enfrentadas pelas demais regiões, a comunidade científica deste imenso pedaço do Brasil cansa de ouvir loas às perspectivas que a floresta e outros de seus recursos naturais oferecem. Diz-se à boca pequena e reiteradamente que aqui podem ser encontrados remédios para quase todo tipo de mal; que a floresta esconde materiais insuspeitos, aplicáveis em vários ramos da indústria; que a indústria de cosméticos e de alimentos muito se beneficiará, caso se destinem recursos para a pesquisa dos produtos florestais da Amazônia. Não obstante, é ínfimo o que gasta o poder público objetivando esses anunciados resultados, tanto quanto é incipiente e inexpressiva a contribuição do setor privado. A floresta continua sendo não mais que um desafio, carente de quem queira de fato superá-lo.

Todos os recursos alocados pelos órgãos públicos, federais, regionais e locais, é apenas um grão de areia na imensa praia de dificuldades, de promessas também.

A quantidade de mestres e doutores fixados na região é infinitamente menor que a que se localizou em outras regiões do País. O anúncio da abertura de novas fontes e programas de financiamento de formação desses profissionais esbarra em medidas governamentais nocivas a qualquer propósito meritório. Não se diga, aqui, que apenas o Executivo conspira contra a ciência. Na verdade, dada sua freqüente interferência nos demais poderes, tal invasão de competência não se faz a favor da pesquisa e da ciência, quando outro poder toma a nefasta iniciativa.

Vejam-se, por exemplo, as restrições impostas às entidades de apoio às instituições de ensino superior (IES) de todo o País. A partir de abril de 2010, é certo que muitas pesquisas em andamento serão suspensas, pela impossibilidade de transferência de verbas públicas para as fundações de apoio à pesquisa. Depois daquele mês, então, o quadro se tornará ainda mais grave.

Para evitar a ação das fundações, algumas vítimas de absurda generalização, seria necessário que as próprias IES estivessem suficientemente habilitadas a receber e gerir os recursos transferidos pelo poder público. Não é o que ocorre, sabendo-se da carência na composição dos quadros docentes e administrativos das IES, nos equipamentos laboratoriais e nas desatualizadas bibliotecas universitárias.

À guisa de impedir o desvio de recursos transferidos às fundações de apoio, o Tribunal de Contas da União e a Controladoria Geral da União deram tratamento isonômico a entidades abissalmente diferentes nas práticas administrativas. Esses órgãos e outros mais incumbidos de controlar os gastos públicos, justamente preocupados com desvios flagrantes em algumas daquelas entidades, fizeram tabula rasa e passaram a, injustamente, considerar faltosas todas as demais. Enquanto isso, bilhões escorrem por outros ralos, igualmente sujeitos à ação dos órgãos controladores, que parecem não ter tempo para vigiá-los. Em resumo: tais órgãos entregam-se a caçar bruxas em céus muitas vezes transparentes, facilitando a ação livre e ágil dos ratos que se combatem nos esgotos do País. Os episódios que envolvem o assim chamado banqueiro Daniel Dantas são mais eloqüentes que milhões de palavras.

Freqüentemente, Japão, Coréia, Taiwan, Alemanha e uns poucos mais países são apontados como exemplos de investimentos privados em ciência e tecnologia. Graças a isso – afirma-se – esses países acumulam expressiva quantidade de patentes, e invejável avanço científico e tecnológico. Por isso, quase todos os países do Mundo têm sido invadidos por produtos originários de lá, prejudicando-se em muitos casos o surgimento de iniciativas empresariais nas nações importadoras. Tanto quanto se sabe, a competição com aquelas nações não consegue ultrapassar a queixa reiterada e o apelo sempre por mais verbas públicas para a pesquisa científica e tecnológica. O Estado, esse ser invisível a cada dia menos prestigiado pelas próprias lideranças empresariais, surge então como o anjo vingador e salvador. Seus cofres devem abrir-se mais uma vez, se pretendemos ver melhoradas as condições de operação do processo de acumulação capitalista em vigor.

Freqüentemente condenado, o que se chama biopirataria tem justificado inflamados discursos e promessas recorrentes, sem que se testemunhem providências consistentes e sérias para vencer mais esse obstáculo. Não se espere que da ação policial ou fiscal resultará qualquer benefício para a região, nem para a ciência. A única resposta adequada à biopirataria coincide com a aplicação de substanciais recursos na pesquisa científica, o que significa dizer na formação de pesquisadores, modernização de laboratórios e bibliotecas, disposição dos recursos mais modernos e sofisticados já incorporados à academia de outros países.

Se a Amazônia é suscetível desse mal, que se dê a ela o que Ruy Barbosa considerava o cerne da justiça: tratamento desigual para casos desiguais. Só assim será possível cumprir o mandamento constitucional que discrimina a busca da redução das desigualdades regionais e pessoais dentre os objetivos da República.

Como dito lá em cima, esses são apenas alguns dos ingredientes da receita que nos impede de cumprir o destino histórico que nos está reservado.

Sem a contribuição dos seres humanos, sejam governantes ou governados, cientistas ou estudantes, políticos ou empresários, simplesmente perderemos as oportunidades que se põem diante de nós. Permanecer na situação em que estamos, ou trocá-la por outra ainda pior, é algo que não foge às nossas próprias decisões – não individuais, setORIZADAS, mas como algo coletivo, como sociedade organizada.

Refletir sobre esses e outros pontos de igual relevância é obrigação a que não deve fugir todo brasileiro ciente de seus deveres como cidadão e comprometido com as gerações que cada um de nós ajudou a vir ao mundo. Tal reflexão encontrará na Academia de Ciências do Pará amplo espaço, aberto ao debate e intemorato no enfrentamento das questões que lhe dizem respeito.

É o que espero.